

Discurso proferido pelo
Deputado Geraldo Resende
(PMDB/MS) em Sessão no dia
04/11/2008.

XENOFOBIA CONTRA BRASILEIROS NO PARAGUAI

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Uma grave crise diplomática está em curso no vizinho Paraguai, país onde os brasileiros legitimamente instalados começam a sofrer perseguições numa onda de xenofobia nunca vista na história da América do Sul. Ao mesmo tempo em que os líderes sul-americanos e latino-americanos discutem o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a instalação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), milhares de brasileiros que optaram por morar, trabalhar, investir e criar suas famílias no Paraguai, estão sendo tratados como inimigos do povo paraguaio e, pasmem, em nome de uma onda nacionalista, alguns políticos paraguaios chegaram ao ponto de incentivar a invasão de propriedades em nome de brasileiros, que no

vizinho país são chamados de brasiguaios. Hoje, o Paraguai só perde para os Estados Unidos em número de imigrantes brasileiros, mas esta propaganda nacionalista que está sendo feita por lideranças pode provocar o enfrentamento, sobretudo nas regiões de fronteira, criando uma espécie de guerra civil velada que pode acabar em centenas, talvez milhares, de mortes.

Tenho certeza de uma resposta rápida do Ministério das Relações Exteriores, mesmo porque os mais de 300 mil brasileiros que hoje vivem no Paraguai não são, em sua maioria, agricultores de soja e contribuem para a economia daquele País. É preciso lembrar, também, que eles foram atraídos pela promessa oportunidades e, em pouco mais de 30 anos, transformaram o Paraguai num dos maiores exportadores de grãos e carne da América do Sul, gerando milhares de empregos diretos e indiretos.

O crescimento econômico liderados também por brasileiros, não pode provocar um sentimento nacionalista e xenófobo de setores da sociedade paraguaia, principalmente de movimentos sociais que defendem a expropriação de terras de trabalhadores brasileiros, para a realização de um amplo projeto de reforma agrária. O meu Mato Grosso do Sul faz fronteira seca com o Paraguai e ao longo dos mais de 3.500 quilômetros de extensão desta fronteira, a convivência

com nossos irmãos paraguaios tem sido pacífica, ordeira, marcada pela diplomacia e pelo trabalho.

Milhares de paraguaios atravessam a fronteira todos os dias para usufruir dos serviços de saúde que são bancados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto outros milhares trabalham no lado brasileiro e não são poucos os paraguaios que têm propriedades no nosso País. Ora, se nós respeitamos o direito de propriedade dos nossos irmãos paraguaios, convivemos harmoniosamente com os paraguaios natos e seus descendentes, não negamos atendimento médico-hospitalar ou qualquer outro direito que eles possam ter em solo nacional, então o governo paraguaio tem que, no mínimo garantir aos brasileiros, segurança.

Portanto faço um pedido ao Ministério da Relações Exteriores: a articulação, junto às autoridades paraguaias, para que não se confirmem as invasões e o tratamento subjugado de brasileiros que moram no Paraguai.

Em 2006, houve um processo de expropriação de uma área de três mil hectares, avaliada em seis milhões de dólares e localizada no Departamento de Caaguaza, onde um grupo de produtores rurais brasileiros vivia desde o fim dos anos 60. De uma hora para outra, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural do Paraguai, órgão do governo equivalente ao Incra brasileiro, considerou que a terra

escriturada em nome de brasileiros deveria ser entregue aos sem-terra paraguaios e a situação só não chegou a efeito porque os brasileiros Domingo Favero, José Luiz Bortolini e Juárez Bortolini ingressaram com medida judicial na Vara Cível e Comercial de Assunção em nome dos 109 demais pequenos agricultores que trocaram o Brasil pelo Paraguai.

Cabe enfatizar ainda que durante audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 4 de abril deste ano, o então candidato à presidência do Paraguai, Fernando Lugo, garantia que, se eleito, não iria expropriar terras dos produtores rurais brasileiros estabelecidos legalmente no Paraguai. Esta semana, durante discurso perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington, nos Estados Unidos, o presidente paraguaio voltou a afirmar que seu governo garantirá a segurança de todos os brasileiros que residam no país, desde que estejam dentro da legalidade e do respeito às leis paraguaias.

Pelos cálculos do Itamaraty, cerca de 200 mil brasileiros estão sem nenhuma condição de se defender em caso de invasões e de outros atos de violência que possam ser desencadeados pelos movimentos de camponeses sem-terra do Paraguai.

O Ministério das Relações Exteriores emitiu nota garantindo que a existência de ameaças e manifestações de animosidade contra comunidades brasileiras têm sido objeto de manifestações de apreensão por parte do Palácio do Planalto.

Logo, solicito que a Câmara dos Deputados instale uma comissão externa, em caráter de urgência, para acompanhar esta grave crise diplomática e buscar uma saída negociada que atenda, tantos os interesses do povo paraguaio, quanto os direitos dos brasileiros que estão instalados no vizinho país.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal (PMDB/MS)